

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
Concurso Público para Professor do Magistério Superior
Edital nº 198/2025

ESPELHO DE PROVA DISCURSIVA
MEDICINA LEGAL

Tema geral: Psiquiatria forense. Imputabilidade penal. Imputabilidade e embriaguez. Álcool e trânsito. Imputabilidade e efeito de drogas. Capacidade civil.

1. Conceito e critérios de imputabilidade penal (valor 1.0)

Definir imputabilidade penal e descrever os critérios utilizados para sua determinação no ordenamento jurídico brasileiro.

O candidato deve demonstrar compreensão do conceito de imputabilidade como a capacidade de entender o caráter ilícito do fato e de agir conforme esse entendimento. Espera-se menção ao critério biopsicológico adotado pelo Código Penal (art. 26) e/ou consideração da doença mental ou do desenvolvimento mental incompleto ou retardado como causas de exclusão da imputabilidade.

2. Semi-imputabilidade e inimputabilidade penal (valor 1.0)

Explicar os critérios adotados para o reconhecimento de semi-imputabilidade e inimputabilidade penal no Brasil e apresentar exemplos práticos de situações em que o agente pode ser considerado inimputável.

O candidato deve demonstrar conhecimento do critério que exige a presença simultânea de causa biológica (doença mental ou desenvolvimento mental incompleto/retardado) e incapacidade de entendimento ou autodeterminação. Espera-se a apresentação de exemplos clínicos que ilustrem o assunto, como esquizofrenia em surto, demência avançada, retardo mental grave ou episódio maníaco com delírios intensos.

Deve relacionar essas condições à exclusão da responsabilidade penal e à consequente aplicação de medida de segurança.

3. Psiquiatria forense e suas finalidades (valor 1.0)

Definir Psiquiatria Forense e descrever suas principais finalidades no contexto da Medicina Legal.

Espera-se que o candidato conceitue a Psiquiatria Forense como o ramo da Medicina Legal que aplica conhecimentos psiquiátricos ao Direito, especialmente na avaliação da responsabilidade penal, capacidade civil e periculosidade.

Deve indicar que sua principal finalidade é subsidiar decisões judiciais por meio de pareceres e laudos periciais.

4. Classificação da embriaguez e repercussões médico-legais (valor 1.0)

Classificar a embriaguez segundo sua etiologia e discutir suas implicações médico-legais na imputabilidade penal.

O candidato deve identificar as formas de embriaguez (voluntária, involuntária e patológica), relacioná-las aos efeitos sobre a consciência e a autodeterminação e discutir suas repercussões na imputabilidade, conforme previsto no art. 28 do Código Penal.

Espera-se menção à embriaguez voluntária não excludente de imputabilidade e às formas involuntária ou patológica como possíveis causas de exclusão.

5. Álcool e trânsito (valor 1.0)

Explicar como o consumo de álcool é tratado na legislação de trânsito brasileira e sua relação com a imputabilidade penal.

Deve abordar o disposto no art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro, caracterizando a embriaguez ao volante como crime de perigo abstrato. Espera-se que mencione os meios de comprovação da alteração da capacidade psicomotora (etilômetro, exame clínico, testemunhas) e esclareça que a responsabilidade penal não é excluída pela embriaguez voluntária.

6. Drogas e imputabilidade (valor 1.0)

Discutir a influência do uso de substâncias psicoativas ilícitas sobre a imputabilidade penal.

A resposta deve distinguir entre o uso voluntário e o uso involuntário de drogas, explicando que a intoxicação voluntária não exclui a imputabilidade, enquanto a involuntária ou decorrente de caso fortuito pode afastá-la. Deve mencionar que a dependência química pode implicar semi-imputabilidade, dependendo da avaliação pericial sobre a capacidade de entendimento e autodeterminação do agente.

7. Exemplos aplicados de imputabilidade e suas causas médico-legais (valor 1.0)

Apresentar exemplos práticos de situações em que a imputabilidade penal pode ser mantida, reduzida ou excluída, considerando causas médico-legais como transtornos mentais, uso de álcool e uso de drogas.

O candidato deve apresentar exemplos clínicos e toxicológicos pertinentes (como esquizofrenia em surto, embriaguez patológica, intoxicação por drogas, embriaguez voluntária). Espera-se que descreva o efeito de cada condição sobre a consciência e a autodeterminação, classifique o tipo de imputabilidade envolvido (imputável, semi-imputável, inimputável) e relate a consequência jurídica cabível (pena integral, redução de pena ou medida de segurança).

8. Avaliação médico-legal da capacidade civil (valor 1.0)

Descrever os critérios médico-legais empregados para avaliar a capacidade civil de um indivíduo.

Deve conceituar capacidade civil como a aptidão para exercer pessoalmente os atos da vida civil. Espera-se que mencione critérios periciais como integridade das funções mentais, consciência, juízo crítico e memória. Pode citar a interdição e a curatela como medidas decorrentes da incapacidade verificada.

9. Distinção entre imputabilidade penal e capacidade civil (valor 1.0)

Comparar imputabilidade penal e capacidade civil, indicando diferenças conceituais e práticas.

O candidato deve distinguir os dois institutos quanto à natureza (penal x civil), finalidade e critérios avaliativos. Deve apontar que a imputabilidade se relaciona à responsabilidade criminal e a capacidade civil ao exercício dos atos jurídicos, podendo coexistir situações distintas (ex.: imputável penalmente e incapaz civilmente).

10. Avaliação médico-pericial da imputabilidade (valor 1.0)

Descrever o papel do perito psiquiatra na avaliação da imputabilidade penal e os principais elementos observados na perícia.

A resposta deve abordar a função do perito em avaliar a sanidade mental no momento do fato, destacando etapas como anamnese, exame psíquico, histórico clínico e análise do comportamento do agente. Deve enfatizar a importância do laudo médico-legal na fundamentação da decisão judicial sobre a responsabilidade penal.

NUP: 23081.050756/2025-17

Prioridade: Normal

Processo de concurso público para a carreira de magistério superior

021.2 - Exames de Seleção

COMPONENTE

Ordem	Descrição	Nome do arquivo
86	Espelho padrão de correção de prova de candidato de concurso público (021.2)	Espelho_Prova_Medicina_Legal_UFSM_2025.pdf

Assinaturas

29/10/2025 09:44:53

GUILHERME LANG MOTTA (PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR (Ativo))
04.31.00.00.0.0 - DEPARTAMENTO DE CIRURGIA - DCRG

29/10/2025 10:05:21

MARIA CELONI DE MELLO DE GODOY (PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR (Ativo))
04.31.00.00.0.0 - DEPARTAMENTO DE CIRURGIA - DCRG

29/10/2025 10:37:19

LILIANI MATHIAS BRUM (Médico-Área (Ativo))
01.26.05.03.0.0 - SUBDIVISÃO DE PERÍCIA OFICIAL EM SAÚDE

Código Verificador: 6444733

Código CRC: 18776da1

Consulte em: <https://portal.ufsm.br/documentos/publico/autenticacao/assinaturas.html>

